Convergências: estudos em Humanidades Digitais

HISTÓRIA EM DOCUMENTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA COM ACERVOS HISTÓRICOS

History in Documents: an account of an extension experience with historical collections

Historia em documentos: relato de una experiencia de divulgación con archivos históricos

João Marcos de Souza Rodrigues[1]
Noemia Dayana de Oliveira[2]

Resumo: Este texto visa analisar a experiência do projeto de extensão *História em Documentos: Construindo a consciência histórica de alunos da educação básica no acervo do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC)*, desenvolvido pelo curso de História da Universidade Estadual da Paraíba campus Campina Grande. Nesse sentido, discute-se a experiência das oficinas que ocorreram na ECI Monte Carmelo, localizada na mesma cidade. A intenção foi a de tornar acessível tal acervo através do reconhecimento e manuseio das tipologias documentais, com o intuito de despertar nos alunos a consciência temporal e narrativa dos acontecimentos a partir dos registros históricos, sendo estes quaisquer registros criados, enviados ou recebidos por determinada pessoa ou instituição ao longo do tempo (Paes, 2004).
Palavras-chave*:* Acervos. Consciência Histórica. Ensino de História. NUHLC. UEPB.

Abstract: This text aims to analyze the experience of the outreach project “History in Documents: Building Historical Consciousness among K-12 Students Using the Collection of the Center for History and Contemporary Languages (NUHLC),” developed by the History program at the State University of Paraíba (Campina Grande campus). In this context, the text discusses the workshops held at ECI Monte Carmelo, a school located in the same city. The initiative sought to make the collection accessible by familiarizing students with document typologies and handling the materials, with the goal of fostering an awareness of the temporality and narrative nature of events based on historical records defined as any records created, sent, or received by a specific person or institution over time (Paes, 2004).
Keywords*:* Colletions. Historical Consciousness. History Education. NUHLC. UEPB.

[1] Mestre em Educação. Doutorando em Educação. Universidade Estadual da Paraíba (Professor substituto no Departamento de Educação), Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: joaomarcossouzarodrigues@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/6311440030247405; Orcid iD: https://orcid.org/0000-0002-2173-6629.
[2] Doutora em História. Universidade Estadual da Paraíba (Professora do Departamento de História), Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: noemia.oliveira@servidor.uepb.edu.br; Lattes: http://lattes.cnpq.br/3290103571104176; Orcid iD: https://orcid.org/0000-0002-7611-3074.

Resumen: Este texto analiza la experiencia del proyecto de extensión "*Historia en Documentos: Construyendo la conciencia histórica de los estudiantes de educación básica en la colección del Centro de Historia y Lenguas Contemporáneas (NUHLC)*", desarrollado por el curso de Historia de la Universidad Estatal de Paraíba, campus Campina Grande. En este sentido, se discute la experiencia de los talleres realizados en ECI Monte Carmelo, ubicado en la misma ciudad. La intención era hacer accesible esta colección mediante el reconocimiento y manejo de tipologías documentales, con el objetivo de despertar en los estudiantes una conciencia temporal y narrativa de los eventos a partir de registros históricos, entendidos como cualquier registro creado, enviado o recibido por una persona o institución a lo largo del tiempo (Paes, 2004).
Palabras clave: Archivos. Conciencia histórica. Enseñanza de la historia. NUHLC. UEPB.

Introdução

As ciências humanas e sociais no Brasil vêm historicamente sendo colocadas sob desconfiança e esvaziamento de sua importância científica e social. Tal situação pode ser mais bem compreendida ao final do período ditatorial, em que se colocou a necessidade de retomada de disciplinas como História, Filosofia, Sociologia e Geografia, em contrapartida as disciplinas genéricas de Estudos Sociais e Moral e Cívica, que fizeram parte do currículo oficial durante esse momento. Apesar desse avanço, do ponto de vista institucional, que ocorreu com as mudanças curriculares no pós-ditadura, ainda são gritantes os desafios que essas disciplinas encontram para se efetivarem no currículo escolar e poderem ser exploradas em todas as suas potencialidades.

Nesse quadro geral, a disciplina de História tem sido submetida a vários desafios no seu processo de efetivação pedagógico-didático, desafios esses que podem ser verificados na redução da carga horária da disciplina, na simplificação da disciplina a mera memorização de datas e efemérides ou na redução da disciplina a longa e enfadonha discussão de fatos do passado sem uma relação com a vida concreta dos alunos e com os fenômenos políticos, sociais e culturais que existem a sua volta. Foi compreendendo esse quadro de desafios que o projeto "*História em Documentos: Construindo a consciência histórica de alunos da educação básica no acervo do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC)*", desenvolvido pelo curso de História da Universidade Estadual da Paraíba *campus* Campina Grande, que teve como objetivo facilitar o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos(as) da educação básica, do município de Campina Grande/PB, através da utilização de fontes documentais tuteladas no acervo do supracitado núcleo.

Acreditamos, com isso, que a consciência histórica dos estudantes da educação básica através do contato com um acervo físico em um mundo cada vez mais digital – onde a experiência com as telas afeta a orientação temporal de passado, presente e futuro do sujeito – pode ser construída de uma forma diferenciada, embora saibamos que as gerações contemporâneas estão cada vez mais impossibilitadas de pensar um mundo sem as tecnologias digitais, fazendo surgir uma sociedade, em todos os seus aspectos, dependente da internet e dos seus recursos. No ensino e na pesquisa em História, essa dependência não está vinculada apenas a geração de novos documentos primários digitais, como os e-mails, as mensagens instantâneas, os históricos dos nossos navegadores, etc., mas também a geração de dados por meio da digitalização de fontes, isto é, tornar um recurso físico, como um livro ou uma fotografia, em dados digitais. Esse impacto não está apenas na modificação da "materialidade" da fonte histórica, mas na forma como nos relacionamos com as informações que estão ali contidas (Vinck, 2016 *apud* Brasil, Nascimento, 2020).

Sobre os arquivos na Era Digital, é preciso considerar dois aspectos. O primeiro diz respeito à digitalização do documento, pois a cópia precisa ter uma forma relativamente fixa em termos de conteúdo – semelhante ou fidedigna ao real – para que seja legitimada. O segundo é que essa (re)materalização faz desaparecer algumas propriedades, como a cor, o brilho, o odor, a textura, aspectos que são importantes para entender o arquivo digitalizado. Somado a isso, a nova materialidade da fonte altera o seu caráter, ou seja, a digitalização transforma o antigo material em "metadados" que são os dados criados no momento do *scanner*, como o tipo de informação (.doc; .jpeg; .mp4), a data da criação, o local de hospedagem no computador, etc. São esses dados que contextualizam a fonte digitalizada, informações que não são devidamente consideradas pelos historiadores(as) na hora de fazer pesquisa e, principalmente, de trabalhar na sala de aula.

A nossa intenção era a de manipular as diferentes tipologias documentais existentes no acervo, tornando-as acessíveis aos alunos(as) da educação básica, de modo que o contato físico e reflexivo com esses registros humanos pudesse despertar a curiosidade e o interesse dos jovens pelos materiais que não são, a priori, materiais didáticos da disciplina histórica, mas que, no ofício do historiador(a) tornam-se potencialmente capazes de serem pedagogizados e/ou didatizados para as aulas de História do ensino fundamental, médio ou na EJA (Educação de Jovens e Adultos), sendo esta última a que desenvolvemos as oficinas do projeto de extensão.

Considerando isso, o ensaio aqui exposto tem como objetivo discutir essas experiências das oficinas ministradas na prática extensionista, que ocorreu na Escola Cidadã Integral Monte Carmelo, localizada na mesma cidade, no turno da noite. Foram desenvolvidas quatro oficinas, entre os meses de março e abril de 2026, sendo aplicadas nas turmas do ciclo V (referentes ao 6º ano do ensino fundamental II). Dito isto, o texto está organizado em quatro partes, sendo a primeira esta introdução; a segunda e próxima discutindo a trajetória da disciplina de História nas últimas décadas, cuja intenção é a de entendermos como essa disciplina tem sido vilipendiada desde a Ditadura Militar; a terceira com uma descrição e apresentação do *lócus* e das atividades extensionistas desenvolvidas; e a quarta parte com as nossas considerações finais.

As ofensivas contra a disciplina de História

Os últimos anos no Brasil foram marcados pela ascensão e construção do que ficou conhecido como bolsonarismo[3] ou, como bem problematizou Adilson Filho (2020), uma reação conservadora dos grupos dominantes no cenário político. Isso impactou nas práticas e representações a nível nacional, mas especialmente, no interior das escolas e dos conteúdos disciplinares manipulados por elas. Entre esses conteúdos, vimos acontecer uma constante ofensiva às disciplinas das humanidades, em específico a disciplina de História[4].

Mas essa ofensiva não é novidade para os professores(as) de História, já que nos momentos de crise econômica e política, esta é uma das primeiras disciplinas atingidas pelos governos, como foi o caso do governo de Getúlio Vargas e a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar (1964-1985), onde ambos tinham como discurso político o de ajustar o sujeito à ordem vigente, sendo a educação formal (as escolas) o lugar onde seria desenvolvida uma postura de conformação e resignação. Nesse sentido, o ensino de História foi utilizado para inculcar sentimentos racistas, patrióticos e intolerantes.

Durante a Ditadura Militar, foram operadas reformas na educação que acentuaram o papel dessa instituição como um aparelho ideológico do Estado, isto é, à serviço dos interesses da classe dominante. Nesse contexto, as Leis nº 5.540/68 e a 5.692/71 reformularam o sistema universitário e da educação básica, respectivamente. Nessa última, a escolaridade do 1º e 2º

[3] Ideias e comportamentos políticos associadas ao ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).
[4] A Lei nº 13.415/2017 alterou o Ensino Médio no que diz respeito a carga horária curricular (de 800h para 1400h anuais), modificando as disciplinas e/ou áreas do conhecimento de quatro para cinco, incluindo formação técnica e profissional e os itinerários formativos, que tomam quase 50% do total dos currículos escolares atualmente.

graus (ensino fundamental e médio, atualmente) determinava um caráter profissionalizante, para que a demanda pelo ensino superior fosse reduzida ao longo do tempo. Sob forte influência dos Estados Unidos, os acordos entre o Ministério da Educação e os órgãos privados norte-americanos determinavam uma cooperação técnica e financeira, adequando a realidade nacional aos interesses do capitalismo internacional (Romanelli, 1986).

Os programas curriculares a partir do regime militar determinavam um ensino diretivo, cuja disciplina de História aparecia como uma narrativa de sucessão linear, fatos/acontecimentos excessivamente políticos e militares, com destaque dos "grandes nomes". Nesses conteúdos, a ordem social estava livre de conflitos e as desigualdades eram vistas como fatores universais e naturais (Fonseca, 2007). Logo, a História deixou de ter um estatuto de disciplina escolar autônoma e passou a compor os Estudos Sociais, aparecendo apenas em uma única série do 2º grau (hoje Ensino Médio) (Nadai, 1993).

A proposta dos Estudos Sociais privou os professores de História e Geografia de fazerem a sua prática docente específica, condicionando-os a fazer uma docência polivalente e sem crítica. Instituíram-se, com o argumento de suprir a demanda de professores, as chamadas licenciaturas curtas, com cursos rápidos e de baixo investimento, cuja intenção dos governos militares era o de proliferar cursos a nível superior em instituições de ensino privado e gerar grandes lucros para essas empresas educacionais (Fonseca, 2003).

De acordo com Neves (2014), o currículo de uma licenciatura curta em Estudos Sociais era composto por História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, Ciência Política, Organização Social e Política do Brasil, Estudo dos Problemas Brasileiros, Educação Física e as disciplinas pedagógicas. Ainda incluía as disciplinas de Inglês e Português, sendo um currículo de 1.220 horas, totalizando somente três semestres. Para piorar a situação dessas licenciaturas curtas, acontecia muitas vezes que um único professor com formação em ciências humanas ministrava todas as disciplinas da área. Além disso, as aulas aconteciam frequentemente em formato de palestras ou aulas concentradas em períodos de férias ou fins de semana.

Em 1976, o Ministério da Educação determinou que somente os professores licenciados em Estudos Sociais é que estariam autorizados a ministrar a disciplina, reduzindo assim a área de atuação dos professores de História somente ao 2º grau (atual ensino médio). Nesse sentido, as aulas de História foram diluídas em disciplinas como Educação Moral e Cívica ou Organização Social e Política do Brasil. Essas disciplinas tinham a pretensão de impor os

padrões de conduta e de moral defendidos pelos militares, mas tornaram-se espaço de resistência. Haja vista que os historiadores(as) utilizavam essas aulas para ensinar História e Geografia (Fonseca, 1995).

Essas determinações militares, como as reformas educacionais a partir das Leis 5.540/68 e a 5.692/71 só foram revogadas na segunda metade da década de 1990, com a nova Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Com ela, não só os níveis e modalidades de ensino foram reformulados, como também a concepção de educação foi alterada (Arts. 1º ao 3º) considerando-a mais amplamente, isto é, como processo formativo desenvolvido em ambientes extraescolares; como também a concepção de educação escolar, entendida como toda aquela desenvolvida nas instituições próprias para esse fim. Apesar disso, é importante frisar que entre a promulgação de uma lei e a prática dela, existe uma distância considerável, o que impactou na produção e reprodução de materiais didáticos que acompanhassem as diretrizes da LDB.

Por isso, ainda que a disciplina de Estudos Sociais tenha sido extinta, os materiais e os profissionais formados nessa área continuaram atuando nas escolas. Isso não é o problema, mas sim o espaço que essa disciplina criou para a reprodução de todas as intolerâncias, preconceitos e segregações. A disciplina de História, que ficou reduzida aos Estudos Sociais durante esses períodos políticos autoritários – considerados aqui não só pelo âmbito parlamentar ou legislativo, mas pelo educacional – foi tanto um discurso manipulado pelo Estado, como também pelos estudantes e professores como um espaço para resistir às imposições, driblando as censuras e estudando os conteúdos históricos.

Diante desse quadro histórico de desafios em relação a efetivação e valorização da disciplina de História como componente curricular indispensável na promoção de uma educação humanista e crítica, organizamos a proposta extensionista do projeto *História em Documentos*, desenvolvido pelo Departamento de História da UEPB, visando proporcionar outras experiências formativas para os alunos(as) da educação básica, as quais extrapolam a mera repetição de fatos na sala de aula, ampliando-se para as experiências com os arquivos e os objetos neles existentes, ou mais especificamente, com as fontes históricas.

Fontes históricas e sala de aula: a experiência extensionista na ECI Monte Carmelo/Campina Grande/Paraíba

Foi no contexto que antecedeu a Ditadura Militar que a escola onde o projeto *História em Documentos* atuou foi construída. A Escola Cidadã Integral Monte Carmelo foi criada em

1961 por sete mulheres do bairro da Bela Vista, em Campina Grande, zona oeste da cidade. A escola está localizada próxima a bairros marginalizados e que são reconhecidos pela violência urbana e social, como os bairros do Monte Santo, Centenário e Pedregal, os quais não possuíam instituições de ensino próximas na época em que foi criada. No período, o governador era Pedro Moreno Gondim (do Partido Democrata Cristão), que nomeou as professoras Edna Alves da Costa, Dona Jermice, Dona Maria Candeia, Dona Laura, Dona Vicentina, Socorro Vasconcelos e Maria do Socorro dos Santos[5].

No mesmo ano, a escola começou a funcionar em três turnos, tendo cada turno três salas de aula, sendo 6 (seis) salas de ensino regular e 3 (três) de ensino supletivo (ou Educação de Jovens e Adultos, modalidade com a qual atuamos com o projeto *História em Documentos*). A escola funcionou inicialmente com 89 (oitenta e nove) alunos, passando a 100 (cem) alunos em 1992. Atualmente, conta com 480 (quatrocentos e oitenta) alunos matriculados, 40 (quarenta) professores e uma infraestrutura de 18 (dezoito) salas de aula, diretoria, secretaria, sala dos professores, arquivo, almoxarifado, refeitório, cozinha, biblioteca, sala de vídeo, salão de jogos e dispensa.

Atualmente, a escola funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite), com turmas do 6º ao 3º ano do ensino médio e turmas da EJA. Foram escolhidas essas últimas para a atuação do projeto por dois motivos: a adaptação e conformidade de horários de extensionistas e professores executores do projeto e a inexistência de projetos de extensão que atuem com salas de aula de EJA, não só no sentido do ensino-aprendizagem, mas de qualquer tipo de ação que envolva esse público como público estudantil, que, diga-se de passagem, é um conceito (estudante) pouco explorado em projetos de extensão e pesquisa na área de História.

Diferente de outros projetos, o *História em Documentos* não nasceu no chão da escola, mas foi levado a tal. Ele, na verdade, nasceu no chão "da pesquisa", mais exatamente no Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC) que está localizado no terceiro andar (sala 324) da Central Acadêmica Paulo Freire da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, Campina Grande. Esse núcleo corresponde à reestruturação e reorganização do Núcleo de Documentação e Pesquisa em História (NUDOPH), vinculado ao Departamento de História.

[5] Informações disponíveis no blogspot E.E.E.F.M. Monte Carmelo, acessível em: https://eefmmontecarmelo.blogspot.com/2011/11/historico-do-monte-carmelo.html

Em 2019, alguns professores do Departamento de História/UEPB registraram no Diretório de Pesquisa do CNPq o NUHLC com a intenção de ampliar as investigações no âmbito do departamento para além das pesquisas comumente produzidas em temáticas da História Local. Considerando, sobretudo, os recortes do Tempo Presente, os professores José Adilson Filho e outros impulsionaram os trabalhos produzidos sob o prisma da História Política, em especial da Ditadura Militar em municípios de pequeno e médio porte, o que incentivou a publicação de diversas coletâneas durante esses anos[6].

Em 2022, foi desenvolvido o projeto *História em Documentos*, sob a coordenação da professora Noemia Dayana de Oliveira, com a intenção de organizar e catalogar o acervo existente no NUHLC. Na ocasião, o projeto não contava com o financiamento da Pró-Reitoria de Extensão, uma vez que não foi submetido ao processo seletivo realizado pela respectiva Pró-Reitoria. Mesmo assim, pudemos desenvolver ações importantes para o Núcleo, a exemplo da catalogação dos materiais escritos, como as revistas, jornais, monografias, dissertações, relatórios de estágio e livros, disponíveis no *site* do NUHLC[7]; o desenvolvimento de oficinas, como a oficina de "Introdução à Paleografia" com o professor Josinaldo Sousa de Queiroz, e a exposição "Imprensa Vigiada: Revistas e jornais do Brasil na ditadura civil-militar" durante o III Congresso Universitário da UEPB, ambos em 2023.

A partir disso, sentimos a necessidade de tornar o acervo do NUHLC um espaço não só de produção e desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, mas também de fomento a habilidades formativas e educacionais, em especial, da consciência histórica de alunos(as) da educação básica do nosso município. Juntamos a nossa experiência com o acervo documental do NUHLC e a relação com as disciplinas ministradas de Estágio Supervisionado em Ensino de História II (regência no Ensino Fundamental II) e III (observação no Ensino Médio) no curso de Licenciatura em História, cuja parceria com a ECI Monte Carmelo surgiu desse momento, mais especificamente com o professor de História Samuel Camilo Kim, o qual atua nas salas de aula das séries do ensino fundamental, médio e EJA, e nós, professores João Marcos de Souza Rodrigues, do Departamento de Educação, e Noemia Dayana de Oliveira, do Departamento de História, submetemos o projeto de extensão no edital

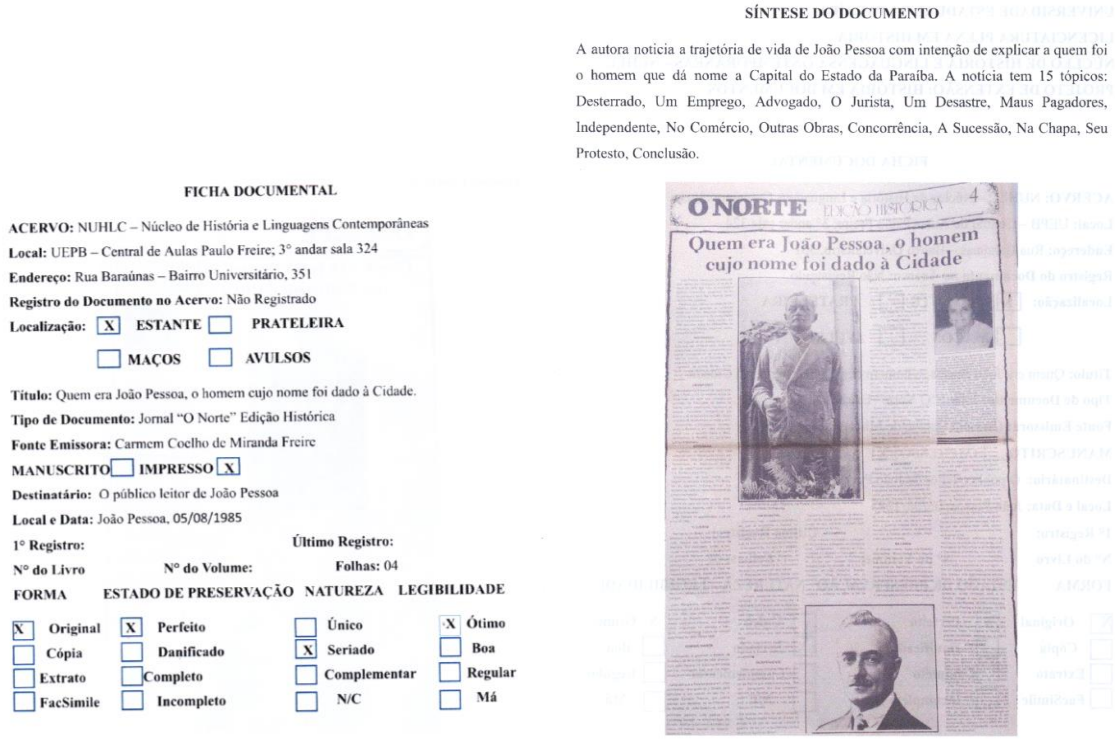
[6] ADILSON FILHO, J. (Org.). **O Brasil em tempos sombrios**. São Paulo: LiberArs, 2020; ADILSON FILHO, J.; GAUDÊNCIO, B. R. de A. **Sob o Signo da Fé:** Memória, Poder e Protagonismo de Padres na Paraíba e em Pernambuco. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2022; ADILSON FILHO, J. (Org.). **Ecos da Ditadura Militar no Brasil Profundo.** João Pessoa: CCTA/UFPB, 2025; e outros.
[7] Disponível em: https://nucleos.uepb.edu.br/nuhlc/ Acesso 16 nov. 2026.

003/2025/PROEX/UEPB. Uma vez aprovado, começamos o desenvolvimento das atividades em agosto de 2025.

A primeira parte do projeto consistiu no processo de formação teórica dos alunos(as) bolsistas e voluntários(as) que se realizou por meio de discussões interdisciplinares, isto é, que conciliaram leituras sobre o conceito de documento histórico, arquivos, acervos e preservação documental, próprias da área de Arquivologia; e leituras sobre o Ensino de História, a consciência histórica, a EJA, próprias da História e Educação, nossa área de atuação e de formação. A formação teórica foi realizada durante a segunda metade do ano de 2025, sendo as atividades junto a escola realizadas no ano seguinte.

Ao retornar às atividades acadêmicas em fevereiro de 2026, já com as leituras desenvolvidas pelos professores e extensionistas, foi o momento de selecionar as fontes históricas para o desenvolvimento das oficinas. O primeiro momento foi o do tratamento das fontes escritas e iconográficas, realizado através de fichas documentais com perguntas de caráter instrumental e qualitativo sobre o texto ou objeto selecionado (Imagem 1).

Figura 1 – Ficha documental



FICHA DOCUMENTAL

ACERVO: NUHLC – Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas
Local: UEPB – Central de Aulas Paulo Freire; 3° andar sala 324
Endereço: Rua Baraúnas – Bairro Universitário, 351
Registro do Documento no Acervo: Não Registrado
Localização: [X] ESTANTE [ ] PRATELEIRA
[ ] MAÇOS [ ] AVULSOS

Título: Quem era João Pessoa, o homem cujo nome foi dado à Cidade.
Tipo de Documento: Jornal "O Norte" Edição Histórica
Fonte Emissora: Carmem Coelho de Miranda Freire
MANUSCRITO [ ] IMPRESSO [X]
Destinatário: O público leitor de João Pessoa
Local e Data: João Pessoa, 05/08/1985
1° Registro: **Último Registro:**
N° do Livro **N° do Volume:** **Folhas:** 04

FORMA	ESTADO DE PRESERVAÇÃO	NATUREZA	LEGIBILIDADE
[X] Original	[X] Perfeito	[ ] Único	[X] Ótimo
[ ] Cópia	[ ] Danificado	[X] Seriado	[ ] Boa
[ ] Extrato	[ ] Completo	[ ] Complementar	[ ] Regular
[ ] FacSimile	[ ] Incompleto	[ ] N/C	[ ] Má

SÍNTESE DO DOCUMENTO

A autora noticia a trajetória de vida de João Pessoa com intenção de explicar a quem foi o homem que dá nome a Capital do Estado da Paraíba. A notícia tem 15 tópicos: Desterrado, Um Emprego, Advogado, O Jurista, Um Desastre, Maus Pagadores, Independente, No Comércio, Outras Obras, Concorrência, A Sucessão, Na Chapa, Seu Protesto, Conclusão.

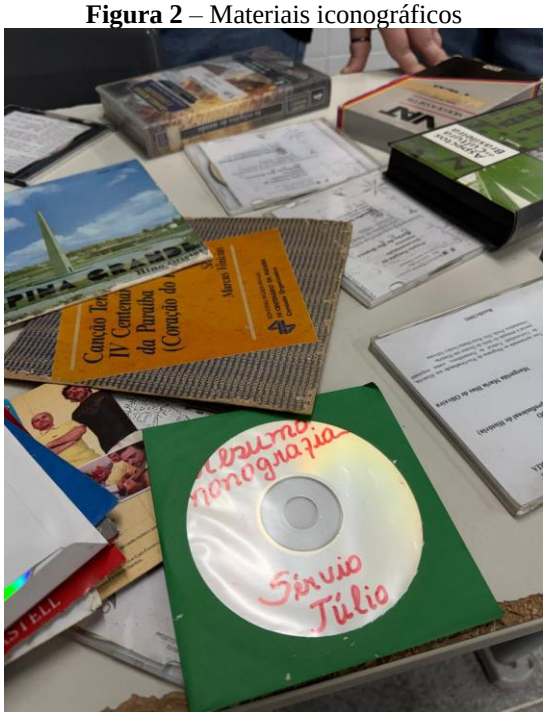
Fonte: Acervo do NUHLC.

Neste acervo, foram identificadas revistas comerciais como Veja, Isto é, Manchete, Geográfica Universal e outras; revistas acadêmicas como a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); jornais locais e nacionais como Movimento, Pasquim, Jornal da Paraíba, Diário da Borborema, e até jornais internacionais como *Gramma* (jornal cubano); sem falar em materiais iconográficos, que não foram catalogados com fichas documentais próprias, como VHS, disquetes, fitas e *Compacts Plays* (discos com apenas uma faixa de música em cada lado). A seleção desses materiais para as oficinas, como foi dito anteriormente, partiu da escolha de conteúdos que estivessem associados à localização geográfica dos alunos da EJA, ou seja, notícias e temáticas relacionadas à cidade de Campina Grande.

Considerando esse filtro, foram selecionadas 64 (sessenta e quatro) notícias dos jornais locais. Elas foram mapeadas a partir do tratamento documental com a ficha acima apresentada (Figura 1), em que constam as informações físicas e um breve resumo da notícia. A intenção é a de localizar com maior facilidade as fontes. Esse modelo foi adaptado de fichas documentais pré-existentes no acervo do NUHLC, as quais pertenceram ao projeto *Movimentos Sociais e Urbanização em Campina Grande*, desenvolvido em uma parceria dos Departamentos de História das universidades Estadual e Federal da Paraíba (UEPB e UFPB).

Diferente foi com os materiais iconográficos, que constam em um acervo menor no NUHLC e, por esse motivo, não foram tratados a partir de fichas documentais como foram os jornais. Nesse sentido, para esses objetos foi priorizada a aparência física, isto é, as cores e o formato deles e não necessariamente a relação com o universo local dos alunos. Com isso, a intenção era despertar a curiosidade pelo objeto a partir do seu aspecto, uma vez que não seria possível reproduzir um CD, um VHS ou EP. Dito isto, foram selecionados e levados 5 (cinco) VHS, 2 (dois) EPs, 3 (três) CDs e 2 (dois) DVDs (Figura 2). Vale ressaltar que não foram selecionadas nenhuma revista acadêmica e comercial, haja vista que nenhuma delas possuía notícias explicitamente relacionadas à cidade de Campina Grande ou ao estado da Paraíba.

Figura 2 – Materiais iconográficos



Fonte: Acervo do NUHLC.

Após a seleção das fontes históricas a serem utilizadas em sala de aula, as quais ocorreram simultaneamente ao processo de reconhecimento e apresentação inicial do projeto *História em Documentos* aos alunos(as) da ECI Monte Carmelo, demos início ao desenvolvimento das oficinas com esses materiais.

A nossa primeira ida à escola ocorreu no dia 04 de março de 2026, no turno da noite, mais exatamente, na turma do ciclo V (6º ano do ensino fundamental II) da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, vale mais uma consideração acerca da opção por turmas do EJA. Após o planejamento do projeto com o professor Samuel Camilo Kim, chegamos à conclusão que o novo formato do Ensino Médio (em tempo integral), reduziu a carga horária de aulas de História por semana nessas turmas. Antes da reforma do ensino médio, o professor Samuel possuía 3 (três) aulas de História por semana em cada turma, após a reforma, passou a ter apenas 1 (uma) aula de História por semana. Nas turmas da EJA, como a que nós atuamos, o professor continuava ministrando 3 (três) aulas por semana, podendo ainda estender as oficinas para os outros encontros que ele também realizava nessas turmas, como as aulas de Sociologia e Filosofia.

No primeiro encontro, observamos que as turmas da EJA (de todos os ciclos) não possuíam mais de 10 alunos, havendo um grande índice de ausências nas disciplinas das

ciências humanas. Por esse motivo, acordamos com o professor que iríamos sempre nas quartas-feiras nos primeiros horários da noite. Portanto, o turno começava às 19 horas e concluía às 21, sendo que os alunos chegavam antes na escola para fazerem a refeição (jantar) lá. Ao virmos, portanto, passávamos pelo refeitório e íamos juntos com o professor e os alunos para a sala de aula.

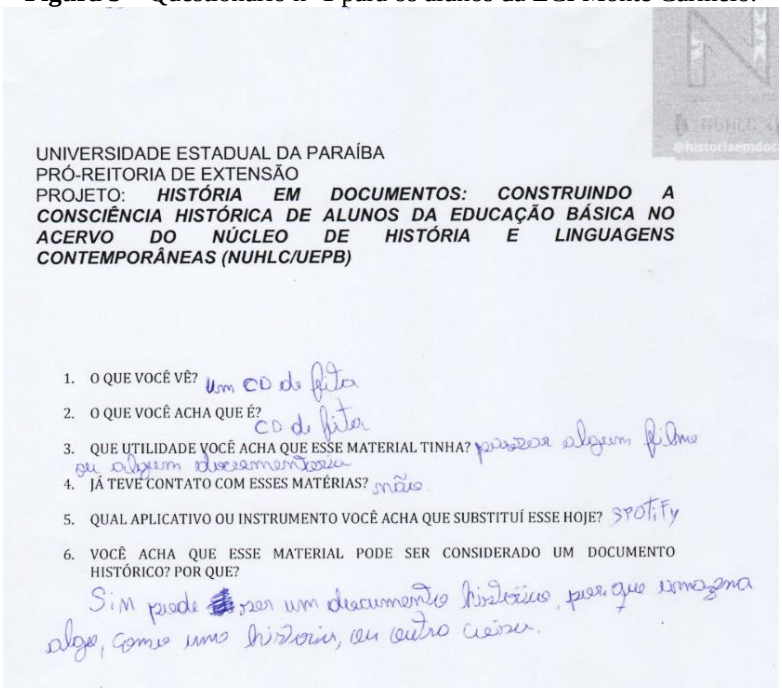
Ao chegarmos, nos apresentamos aos alunos, que possuíam uma faixa etária variando entre 20 a 40 anos, com perfil profissional de pedreiros, vendedoras de lojas, empregadas domésticas e cozinheiras, e apresentamos o nosso projeto e as nossas intenções. A conversa inicial era realizar um diagnóstico sobre o que eles compreendiam sobre o conceito de "documento", e muitos associavam ao documento oficial pessoal com foto (RG) ou documentos como certidões de nascimento, casamento e óbito. Portanto, a concepção inicial era de que o "documento" estava limitado ao universo da escrita e da leitura e, consequentemente, da "prova". Solicitamos que eles fizessem uma pesquisa sobre o conceito de "documento" e "arquivo".

No segundo encontro, realizado no dia 11 de março de 2026, levamos os primeiros documentos do acervo do NUHLC para a escola, mais especificamente os materiais iconográficos, como VHS, DVDs, fitas e EPs, porque acreditávamos que esses materiais, por serem mais visuais do que escritos, chamariam mais atenção dos alunos, e foi o que aconteceu. Além desse aspecto, os alunos também identificaram facilmente a linguagem desses materiais (visual e audiovisual), bem como ativaram suas memórias afetivas e de infância, como por exemplo, a aluna "A" que mencionou em voz alta ao ver os VHS: "Eita! Meu pai tinha um monte dessas fitas".

Com os materiais iconográficos em mãos, nós espalhamos todos em uma mesa e pedimos que eles escolhessem um deles (Figura 2). Retornamos à pesquisa anterior e relembramos com eles o conceito de "documento", solicitando que eles nos dissessem quais foram as definições que haviam encontrado. Muitos se aproximaram daquilo que a ciência histórica entende hoje como documento, isto é, qualquer registro humano criado, recebido ou enviado para outra pessoa ou instituição, portanto, não estando circunscrito apenas ao universo das letras. Já o conceito de "arquivo" apareceu como o lugar ou móvel onde se guardam documentos escritos. Ou seja, uma concepção ainda restrita às definições da Arquivologia, que não compreende o arquivo como um espaço de memória e de histórias de um grupo social, cidade ou região.

Ao escolherem os materiais iconográficos, pedimos que eles manuseassem e observassem com cuidado todas as informações que continham na capa, contracapa e na parte interna dos VHS, disquetes e EPs. Após essa observação, solicitamos a resposta escrita de cinco perguntas, quais sejam: *O que você vê? O que você acha que é? Que utilidade você acha que esse material tinha? Já teve contato com esse material? Qual aplicativo ou instrumento substitui esse material hoje? Você acha que esse material pode ser considerado um documento histórico? Por quê?* (Figura 3).

Figura 3 – Questionário nº 1 para os alunos da ECI Monte Carmelo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROJETO: ***HISTÓRIA EM DOCUMENTOS: CONSTRUINDO A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ACERVO DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E LINGUAGENS CONTEMPORÂNEAS (NUHLC/UEPB)***

1. O QUE VOCÊ VÊ? Um CD de filme
2. O QUE VOCÊ ACHA QUE É? CD de filme
3. QUE UTILIDADE VOCÊ ACHA QUE ESSE MATERIAL TINHA? passava algum filme ou algum documentário
4. JÁ TEVE CONTATO COM ESSES MATÉRIAS? não
5. QUAL APLICATIVO OU INSTRUMENTO VOCÊ ACHA QUE SUBSTITUÍ ESSE HOJE? SPOTIFY
6. VOCÊ ACHA QUE ESSE MATERIAL PODE SER CONSIDERADO UM DOCUMENTO HISTÓRICO? POR QUE?
Sim pode ser um documento histórico, pois que armazena algo, como uma história, ou outra coisa.

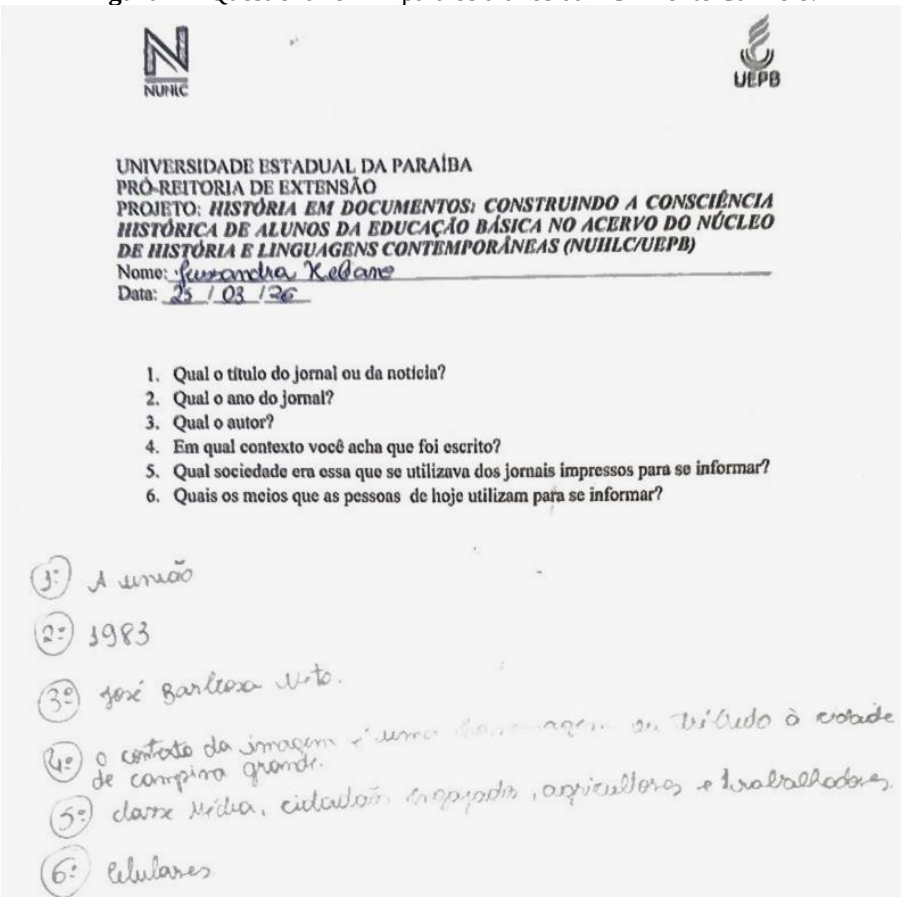
Fonte: Acervo do NUHLC.

As perguntas, como é possível observar, partiram de um nível descritivo para um nível interpretativo, cuja intenção era de fazer com que os alunos desenvolvessem a capacidade de compreensão temporal através dos documentos manuseados, especialmente, a de que esses objetos possuem uma história e ela representa o desenvolvimento de produção e apropriação de meios de comunicação ou da cultura musical utilizados no Brasil e no mundo. Não é à toa que a pergunta de número 5 (cinco) considera a passagem desse objeto físico para o ambiente virtual, associando-o ao universo utilizado atualmente.

No terceiro encontro, realizado no dia 18 de março de 2026, acreditávamos que o interesse pelos documentos históricos estava sedimentado entre os alunos, uma vez que a

oficina com materiais iconográficos nos revelou um nível de consciência histórica bem elaborado, haja vista que eles conseguiram se localizar temporal e narrativamente sobre o passado e o presente vivido com o manuseio de VHS, fitas, EPs e disquetes. No entanto, com as fontes escritas, a realidade foi outra! Os jornais e as revistas, é bem verdade, sabíamos que iam ser mais desafiadores para serem trabalhados, já que o nível de leitura e letramento dos alunos era baixo[8]. Por isso, repetimos a proposta da oficina anterior, espalhando os jornais abertos em cima da mesa e pedindo que eles escolhessem um daqueles jornais. Após a escolha, conversamos sobre as notícias e as imagens da capa e pedimos que eles respondessem mais algumas perguntas, quais sejam: *Qual o título do jornal ou da notícia? Qual o ano do jornal? Qual o autor? Em qual contexto você acha que foi escrito? Qual sociedade era essa que utilizava dos jornais impressos para se informar? Quais meios que as pessoas de hoje utilizam para se informar?* (Figura 4).

Figura 4 – Questionário nº 2 para os alunos da ECI Monte Carmelo.



NUHC UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROJETO: *HISTÓRIA EM DOCUMENTOS: CONSTRUINDO A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ACERVO DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E LINGUAGENS CONTEMPORÂNEAS (NUHLC/UEPB)*
Nome: Jurandira Kelane
Data: 25 / 03 / 26

1. Qual o título do jornal ou da notícia?
2. Qual o ano do jornal?
3. Qual o autor?
4. Em qual contexto você acha que foi escrito?
5. Qual sociedade era essa que se utilizava dos jornais impressos para se informar?
6. Quais os meios que as pessoas de hoje utilizam para se informar?

1º) A união
2º) 1983
3º) José Barbosa Neto.
4º) o contexto da imagem é [illegible] de campina grande.
5º) dava vida, cidadão empregado, agricultores e trabalhadores.
6º) celulares

Fonte: Acervo do NUHLC.

[8] Consideramos que os alunos(as) não conseguiam interpretar pequenos textos, nem identificar informações pontuais, como autores, leitores, etc.

A proposta era fazermos com que os alunos desenvolvessem a mesma capacidade de abstração que ocorreu com os materiais iconográficos. Isto é, indicar em qual período essas notícias foram veiculadas, em que suporte elas foram vinculadas (papel) e onde a sociedade campinense e paraibana se informa hoje em dia. Portanto, a ideia era entender que os jornais impressos antecederam as plataformas digitais de notícias, como G1 e R7, bem como as redes sociais. No entanto, acreditamos que por motivos de baixa adesão a leitura em materiais impressos e o formato de diagramação dos jornais, os alunos(as) da ECI Monte Carmelo tiveram mais dificuldades para associar essas fontes históricas ao presente vivido.

No último encontro com a turma, dia 25 de março de 2026, retomamos as provocações sobre os jornais impressos e a experiência que eles tiveram com os textos e as notícias do passado da cidade que eles moram – Campina Grande –, mas sem entusiasmo, os alunos não conseguiram despertar a noção temporal que a consciência histórica proporciona através dos materiais escritos. A materialidade dos jornais – folhas amareladas, quebradiças e empoeiradas mais despertaram ojeriza entre eles, do que interesse pelas manchetes e notícias. Uma aluna questionou: “Como vou saber ‘em qual contexto isso foi escrito’ se em 2001 eu nem era nascida?”, portanto, eles acreditam que o passado anterior a eles é impossível de ser acessado, ou ainda, que a capacidade de abstração para alcançá-lo é tão grande que acaba gerando preguiça e desinteresse.

Conclusões

Com a realização das quatro oficinas ou encontros na ECI Monte Carmelo, portanto, um mês de convivência e de relação entre a universidade e a escola, concluímos as nossas ações extensionistas. Sem sombra de dúvidas, o maior desafio não foi desenvolver essas atividades nas turmas da EJA, como alguns extensionistas afirmaram nas nossas reuniões posteriores. O maior desafio foi o de não termos uma disciplina escolar histórica pautada nas capacidades de localização temporal e social. A disciplina histórica na escola está fadada às narrativas estáticas sobre o passado, impossibilitando o aluno e a aluna de desenvolver a capacidade de pensar o passado e, portanto, os tempos históricos como tempos processuais, os quais não se esgotam no passado, mas são transformados e adaptados para as necessidades materiais e culturais do presente vivido.

Por esse motivo, diferentemente do diagnóstico elaborado pelos extensionistas, de que a ausência de alunos e/ou turmas com poucos alunos era um maior desafio, não é o único problema que enfrentamos, haja vista que o que mais lutamos nas escolas brasileiras hoje é o sucateamento gerado exatamente pelo inverso: a superlotação de salas de aula em turmas como do ensino fundamental e médio. Por isso, termos apenas 3 (três) ou 5 (cinco) alunos desenvolvendo as oficinas é, na verdade, um privilégio. Um privilégio para conhecê-los melhor, conhecer melhor as suas realidades de vida e também as suas visões de mundo. O maior desafio, a nosso ver, foi o de distanciá-lo da disciplina de História como aquela que é capaz, diferentemente de todas as outras disciplinas escolares, de despertar a orientação temporal e a narrativa sobre os acontecimentos da humanidade, bem como de historicizar os objetos que nos rodeiam cotidianamente, como os materiais iconográficos utilizados. Esse foi o nosso maior desafio no projeto *História em Documentos*.

Referências

ADILSON FILHO, J. (Org.). **Ecos da Ditadura Militar no Brasil Profundo**. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2025.

ADILSON FILHO, J. (Org.). **O Brasil em tempos sombrios**. São Paulo: LiberArs, 2020.

ADILSON FILHO, J.; GAUDÊNCIO, B. R. de A. **Sob o Signo da Fé**: Memória, Poder e Protagonismo de Padres na Paraíba e em Pernambuco. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2022.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: Reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasil e do Uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, v. 33, nº 69. Rio de Janeiro: Janeiro-Abril, 2020, p. 196-219. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/?lang=pt Acesso em: 16 nov. 2026.

FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus 2003.

FONSECA, T. N. de L. e. O ensino de História do Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, L. F. (Org.). **O Ensino de História e a Ditadura Militar**. 2. ed. São Paulo: Aos Quatro Ventos, 2007.

NADAI, E. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1993. Disponível em: https://snh2013.anpuh.org/resources/download/1348495168_ARQUIVO_revista_v13_elza-nadai.pdf Acesso em: 16 nov. 2026.

NEVES, J. O Ensino de História nos 50 anos do Golpe Militar - Estudos Sociais sob a Ditadura. In: Schimidt, M. A.; ABUD, K. (Orgs.). **50 anos da Ditadura Militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil**. Curitiba: W&A Editores, 2014.

PAES, M. L. **Arquivo**: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

Recebido em: 30 de julho de 2026
Aceito em: 19 de outubro de 2026